



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA CAMILA DE AGUIAR SILVA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE SOBRE A
TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
NOS DIAS ATUAIS**

**CAMPINA GRANDE
2019**

MARIA CAMILA DE AGUIAR SILVA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE SOBRE A
TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NOS DIAS ATUAIS**

Artigo, apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.
Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S856a Silva, Maria Camila de Aguiar.
Atendimento educacional especializado [manuscrito] : análise sobre a trajetória da educação especial e suas práticas pedagógicas nos dias atuais / Maria Camila de Aguiar Silva. - 2019.
26 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Deficiência. 2. Educação especial. 3. Práticas inclusivas. 4. Educação inclusiva. 5. Inclusão educacional. I. Título
21. ed. CDD 371.9

MARIA CAMILA DE AGUIAR SILVA

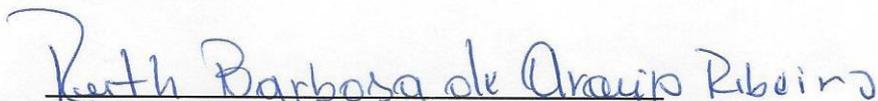
**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE SOBRE A
TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
NOS DIAS ATUAIS**

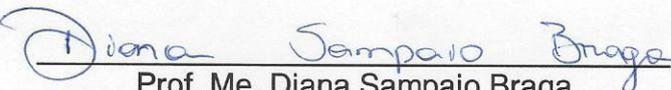
Artigo, apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

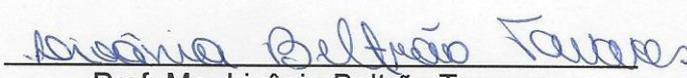
Área de concentração: Educação

Aprovada em: 28/11/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Diana Sampaio Braga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1	A trajetória das pessoas com deficiência na educação	7
2.1.1	<i>Educação especial nos dias de hoje</i>	8
2.1.2	<i>Alunos e professores das salas do AEE</i>	9
2.2	Políticas públicas educacionais para a pessoa com deficiência	10
3	METODOLOGIA	11
4	ANÁLISE SOBRE O AEE	13
5	ANÁLISE DE DADOS	14
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS	19
	APÊNDICE	21

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS DIAS ATUAIS

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE ROOM: ANALYSIS OF THE EEA TRAJECTORY AND ITS PEDAGOGICAL PRACTICES

Maria Camila de Aguiar Silva*

RESUMO

As salas do Atendimento Educacional Especializado fazem parte das diretrizes da educação inclusiva, pois visam possibilitar a acessibilidade, inclusão e recursos para a aprendizagem de estudantes com deficiência. A legislação que discorre sobre o AEE, percorreu um longo caminho até ser tratado como um direito fundamental e garantido por leis para as pessoas com algum tipo de deficiência. O presente trabalho tem por escopo analisar sutilmente a trajetória da Educação, uma vez que esse não é o objetivo principal da pesquisa, e trazendo com mais afinco a Educação Especial e as práticas pedagógicas das salas do Atendimento Educacional Especializado. Sendo assim, este trabalho utilizou a metodologia de caráter qualitativo para realizar sua linha de pesquisa, se baseando, portanto em dois questionários realizadas com professoras de sala do AEE, onde foram realizadas onze perguntas que incluíram os procedimentos e requisitos essenciais aos profissionais atuantes nas salas multifuncionais, bem como, foi questionado no que tange à relação entre os professores da sala regular e os professores do AEE. Porém, além dos questionários como base para análise buscou-se complementação em livros, revistas digitais e artigos científicos, autores como Fujita (2018), Gugel (2007), Tezzari e Baptista (2011) e Cláudio Roberto (2011) fazem parte do rol de teóricos estudados para fundamentar esse trabalho. Os questionários aplicados com duas profissionais da educação especial relatam o cotidiano vivido pelos alunos com necessidades educativas especiais e por parte da equipe escolar. No decorrer do trabalho é notório a importância que a educação especial tem, e os desafios que a mesma enfrenta, já que se trata de um segmento relativamente novo, uma vez que, a educação inclusiva foi implantada no Brasil há pouco tempo, o que ficará nítido nas passagens que tratam das leis e diretrizes da educação e do assunto.

Palavras-chave: Educação. Deficiência. Inclusão.

ABSTRACT

The Specialized Educational Assistance rooms are part of the guidelines of inclusive education, as it aims to provide accessibility and resources for the learning of disabled students. The ESA rooms have come a long way until being treated as a fundamental right and guaranteed by laws to people with some kind of disability. In the past disabled people were seen as beings deprived of rights, mere abominations that would have been born disabled as a form of punishment, and over time things have changed as

* Aluna de Graduação em Pedagogia na UEPB – Campus I. E-mail: <mila.maria2906@gmail.com>

well as the thoughts and attitudes towards the disabled, to the present moment where these individuals receive every day the value and human dignity that belong to them. This work used the qualitative methodology to carry out its research line, based on two interviews with ESA classroom teachers, where eleven questions were asked that included the essential procedures and requirements for ESA professionals and ESA rooms, just as should be the relationship between the regular classroom teachers the counter shift teachers who are the special education teachers. However, in addition to the interviews as a basis for justification, we sought to complement books, digital journals and scientific articles, authors such as Fujita and Gugel are part of the role of theorists studied to substantiate this work. In the course of the work, the importance that special education has and the challenges it faces will be well known, since it is a relatively new educational institute since, for a short period of time, inclusive education has been implemented in Brazil. will be clear in the passages dealing with the laws and guidelines of education that deal with the subject.

Keywords: Education. Attendance. Handicapped.

1 INTRODUÇÃO

A escola é o âmbito da sociedade que une os indivíduos, com a finalidade de educar de forma coletiva, seja na esfera pública ou privada. O ambiente escolar é onde as crianças dão seus primeiros passos rumo aos conhecimentos intelectuais, e privá-los dessa caminhada é retirar um direito inerente à dignidade humana, pois sem a educação provavelmente essas crianças não saberão sequer que são detentoras e dignas de direitos, de forma igualitária à aqueles que passam pela escola.

Diante do processo de exclusão enfrentado por todos os indivíduos com necessidades educativas especiais ao longo do tempo, este trabalho visa percorrer o caminho de discussão a respeito das dificuldades que estas pessoas enfrentam no cotidiano escolar, para isso o texto foi inscrito com base em autores que discorrem sobre o assunto, a exemplo de Gugel (2007), Tezzari e Baptista (2011), Cláudio Roberto (2011), dentre outros, e Decretos e Leis que abordam o assunto, bem como questionários aplicados com duas profissionais atuantes na área.

O Interesse sobre o tema abordado surgiu a partir da disciplina de Estágio do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, durante as aulas de campo, diante das realidades encontradas nos ambientes escolares que frequentei. Porém, o que mais chamou minha atenção foi o conhecimento da existência de uma sala de aula exclusiva para alunos com deficiência, sala essa com profissionais especializados, metodologias e equipamentos especialmente desenvolvidos para esse público. A partir disso, comecei minha pesquisa, através das leituras dos autores acima citados, e com mais afinco aos profissionais atuantes nessa área, através de questionários, aplicados a duas professoras da rede pública estadual de ensino.

As salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visam contribuir com a melhoria do ensino e aprendizagem das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, de modo que esses alunos no seu cotidiano escolar obtenham interação e inclusão com os demais alunos da sala regular da qual fazem parte.

O processo de implantação do AEE tem uma trajetória onde todas as etapas devem ser cuidadosamente cumpridas, seguindo uma sequência obrigatória para que se obtenham melhores resultados, iniciando com a acessibilidade que deverá eliminar todos os tipos de barreiras, sejam elas físicas e/ou preconceituosas, para que assim o espaço escolar tenha a confiança dos alunos tornando a participação dos mesmos algo que seja satisfatório e que desenvolva suas habilidades físicas e intelectuais de modo correto sem causar nenhum transtorno ou constrangimento.

Neste sentido, o objetivo geral do corrente trabalho é tratar da importância que as Salas do Atendimento Educacional Especializado possuem para inclusão daqueles que têm necessidades educativas específicas, tanto na sala regular como em todo ambiente escolar.

Os objetivos específicos deste trabalho visa orientar os caminhos que a pesquisadora deve percorrer, destaca-se que a pesquisa se realize com o fim de:

- a) Apresentar um pouco da trajetória da Educação para a pessoa com deficiência;
- b) Analisar a contribuição das políticas públicas educacionais para o acesso da pessoa com deficiência na escola regular;
- c) Perceber a contribuição da sala do AEE para a pessoa com deficiência, através do questionário com professoras que atuam nesse espaço.

Foi utilizada a metodologia de caráter qualitativo, tendo em vista a aplicação de questionários com duas profissionais atuantes em salas do AEE, da esfera pública

estadual, para que através das perguntas realizadas ocorra a obtenção de dados de como se dá as práticas pedagógicas nessas salas e de como os profissionais contribuem para amenizar os problemas ainda encontrados no âmbito das salas do Atendimento Educacional Especializado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A trajetória das pessoas com deficiência na educação

Sabe-se que a escola funciona como uma segunda casa para as crianças, após o seio familiar é o local mais frequentado e vivenciado pelos pequenos, porém nem sempre a educação foi aplicada em ambientes escolares próprios, muito de menos de acesso livre a todos. Ao longo deste texto vamos perpassar de forma sucinta pela história da Escola enquanto instituição, e nos deteremos de forma mais específica a Educação Especial e suas contribuições para a inclusão, que é o principal objetivo deste trabalho.

No Brasil a primeira instituição escolar foi fundada pelo padre jesuíta Manoel da Nóbrega, localizada na Bahia em 1549, e já no ano seguinte em 1550 o também padre jesuíta Leonardo Nunes fundou a segunda escola dessa vez em São Paulo. Contudo, a educação era destinada apenas aos índios, brancos e cristãos, negros escravos não possuíam o direito a estudar, e o ensino se limitava apenas a leitura e aos conceitos religiosos. Com o passar do tempo e a implantação da república a educação começa a ganhar espaço, e movimentos a favor da mesma surgem, a exemplo da Escola Nova, A Constituição Federal de 1988, a LDB etc.

Até então, ainda não se tinha a preocupação da educação para pessoas com deficiência, porém, devido a trabalhos realizados com esse grupo específico no continente europeu e na América (EUA), brasileiros no século XIX despertaram o interesse por eles, no entanto, foi no século XX, que a Educação Especial foi inclusa na política educacional do País.

Partindo para a leitura dos autores especialistas no assunto, um fato curioso chamou atenção da pesquisadora, a ligação entre educação e deficiência não surgiu a partir de educadores, mas sim a partir de médicos que observando pessoas deficientes, se preocuparam com a inserção dessa minoria a sociedade, bem como fazê-los aprender assim como os demais sem deficiência aprendiam.

No livro *Professores e Educação Especial*, os autores Tezzari e Baptista (2011), denominam de médicos-educadores os que eles consideram os vanguardistas deste feito, destacando Itard, Séguin, Montessori e Korezac. Cada médico-educador despertou o interesse por crianças deficientes na prática da medicina, contudo não conseguiram atingir seus objetivos com relação à aprendizagem e desenvolvimento desse público nesta área do conhecimento, abrindo assim caminhos filosóficos e pedagógicos para chegar onde desejavam.

De acordo com Tezzari e Baptista (2011, p. 23),

Foi a partir de princípios filosóficos e pedagógicos que eles começaram a encontrar pistas para iniciar e construir seus trabalhos, nos quais o lugar de médico foi paulatinamente modificado e a atuação como educador foi sendo construída de maneira concomitante à teoria.

Esses quatro médicos-educadores revolucionaram o olhar para a educação das pessoas com deficiência, abrindo um leque de discussões acerca do assunto, nesse

ponto todos concordam que a visão do educador faz toda diferença no ato de ensinar, “a deficiência não é tanto definida pela diferença em relação à anormalidade, mas muito mais por um limite interior ao qual o educador se fixa o início do processo ensino-aprendizagem”. (TEZZARI; BAPTISTA, 2011, p. 23).

O estudo a respeito da Educação Especial, do ponto de vista histórico é algo relativamente novo, logo os desafios encontrados no cotidiano escolar nos dias atuais são muitos, não só para os alunos especiais, como para toda comunidade escolar, e foi pensando nisso, que os poderes públicos se voltaram para a problemática, instituindo leis e decretos que assegurem o direito dessa parcela da população estudantil a educação e inclusão as instituições de ensino.

2.1.1 Educação especial nos dias de hoje

Nos dias de hoje a educação é um direito fundamental e inerente a todo e qualquer indivíduo, já que a contribuição dela para o desenvolvimento dessas pessoas acontece, galgando um passo de cada vez, primeiro em relação a si próprio, depois para a sociedade a qual fazem parte. Esse direito fundamental está consolidado no decorrer do artigo 5º (quinto) da Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste ponto, irei me deter a política de inclusão mais presente que temos visto hoje nas escolas públicas, as Salas de Recursos Multifuncionais, também chamada do Atendimento Educacional Especializado (AEE), trata-se de um serviço prestado aos alunos diagnosticados através de médicos especialistas na área com algum tipo de deficiência, intelectual, cegueira, baixa visão, ou qualquer outra deficiência que necessite desta educação especial, já os alunos com limitações físicas, o acolhimento destes fica por conta da acessibilidade que as escolas devem estar de acordo com as normas que a definem, bem como intérpretes de libras para os alunos surdos.

O AEE tem como objetivo principal elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, bem como a inclusão nas salas de aula de ensino regular. Logo, o AEE deve ser articulado com propostas para as escolares regulares, mesmo que suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (MEC, 2009). Todavia, o professor da sala regular deve estar em perfeita sintonia com o professor da sala de recurso, haja vista que o aluno está matriculado nas duas modalidades de ensino, o regular e o especial, sendo um frequentando no turno oposto ao outro.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação intersetorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular, Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010).

Ao longo da pesquisa, podemos perceber que os poderes públicos, tanto na rede municipal como na rede estadual de ensino, dispões das salas do AEE nas escolas regulares, quanto à esfera pública, pois no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Constituição Federal estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola garantindo assim o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

As salas do AEE devem funcionar nas escolas regulares através de recursos multifuncionais, ou seja, ter um espaço organizado, com materiais didáticos diversos, materiais pedagógicos, equipamentos eletrônicos entre outros, e principalmente profissionais para atender as necessidades dos alunos especiais. (MEC, 2007).

2.1.2 Alunos e professores das salas do AEE

O Decreto nº 6949/2009 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006) também surgiu com o objetivo de assegurar o acesso às pessoas com deficiência ao ambiente escolar, devendo haver inclusão dos mesmos em todos os níveis da educação.

O Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010) estabelece que os alunos que se enquadram nas salas do AEE são definidos caso sejam constatados com algum tipo de deficiência, ou seja, são os com deficiência física, sensorial e intelectual, aqueles por algum motivo biológico nasceram com limitações físicas ou intelectuais, ou até mesmo alunos identificados com grandes habilidades, alunos que possuem superdotação, pois apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas.

Os professores do AEE devem ter formação que o habilite para ser docente dessas salas que requerem formação específica, conforme art. 12 Resolução CNE/CEB n. 4/2009, esta Resolução estipula também que os professores voltados para a educação especial devem considerar as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

O Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010, p. 8-9), diz que esses profissionais têm como função:

- A) Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- B) Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- C) Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- D) Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível;
- E) Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- F) Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- G) Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- H) Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- I) Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Assim, entende-se que deverá ser seguido cada etapa estabelecidas pelas normas para que as AEE tenham viabilidade total e que os professores das salas educacionais especializadas, devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso

ao aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva.

O atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem do aluno com deficiências na sala de ensino regular. Quanto mais o AEE acontecer nas escolas regulares nas que os alunos com deficiências estejam matriculados mais trará benefícios para esses, o que contribuirá para a inclusão, evitando atos discriminatórios. (MEC, 2007).

Portanto, no ano de 2003, o Governo Federal optou por oferecer esse atendimento na sala comum de escolas públicas, na forma de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no período contrário ao da escolarização.

2.2 Políticas públicas educacionais para a pessoa com deficiência

Com os conceitos sobre o que é deficiência, pode-se observar um ponto de igualdade de que, são deficientes aqueles que nascem com alguma imperfeição no corpo ou mental, que lhe cause limitações, ou até mesmo um fato posterior ao nascimento que gere uma imperfeição, por exemplo, um acidente de carro, todos os indivíduos são iguais em direitos e deveres. Autora Débora Diniz (2012) em seu livro “O que é deficiência” diz que:

O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação do que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. (DINIZ, 2012, p. 4).

A autora se refere a deficiência no seu aspecto físico, onde o entendimento intelectual é trivial a essa questão. Uma pessoa com limitações físicas, a exemplo de um cadeirante, não o torna inferior cognitivamente a uma pessoa não cadeirante. Estes, portanto, não possuem nenhuma limitação entre si, a não ser esteticamente. Logicamente, não pode-se nivelar todos os indivíduos em uma única perspectiva, cada qual a sua limitação exige um momento e/ou tempo de maturação, principalmente aqueles acometidos de deficiência intelectual.

Analisar as pessoas com deficiência na perspectiva social mostra que, esse grupo está conquistando cada vez mais espaço na sociedade por meio da diminuição das barreiras sociais, com isso tornou-se inaceitável conceituar pessoa com deficiência como pessoa incapaz, seja para o trabalho, estudo ou para a vida independente, exemplo disso está na revogação de parte do artigo 4º (quarto) do Código Civil de 2002, onde no Inciso III, se encontrava os deficientes como absolutamente incapazes, e atualmente isso foi modificado já que se reconhece que certas limitações vistas como deficiência não estão atreladas necessariamente a incapacidade.

Assim, foram criados diversos dispositivos normativos que regulam e protegem os deficientes. Certamente se tais iniciativas não tivessem sido tomadas, viveríamos em uma sociedade em que estas pessoas estariam condenadas a exclusão.

No que tange a educação, várias são as normas que dispõem sobre o direito ao acesso à educação por parte daqueles que possuem necessidades especiais.

Discussões como essa resultaram no surgimento de políticas públicas, que deram a essas pessoas uma visibilidade nunca assumida antes ao longo da história, os direitos foram sendo assegurados por meio de Leis e Decretos. A exemplo da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, nasceu com o escopo de regulamentar e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, e a sua efetiva

integração ao meio social. Mais recente a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no seu Artigo 1º, diz que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

Um marco das Políticas Públicas de inclusão foi a Declaração de Salamanca (1994), onde um conjunto de sugestões e recomendações surgiu a partir das seguintes concepções:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem deve ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Todavia é de se assumir que tais medidas são muito recentes, e chegar aonde se chegou até agora foi a custos de muitas lutas, sobretudo a vida, o direito de fazer parte da sociedade como ser participativo ativamente, mostrando que apesar de limitações sejam elas físicas, intelectuais, psicológicas, todos dispõem de capacidades, muito embora obedecendo a sua maturidade cognitiva. Outro fato muito importante foi fazer com que tudo o que estava no papel, se efetivasse na prática. A contribuição das políticas públicas para esse feito foi de total importância. Este é o próximo ponto abordando neste trabalho, a Educação Especial nos dias de hoje.

3 METODOLOGIA

Os trabalhos científicos necessitam estabelecer uma linha de pesquisa, ou seja, a metodologia que será utilizada.

No decorrer do presente artigo científico foi utilizada a metodologia de caráter qualitativo, já que se utilizou de duas entrevistas com técnicas de coleta de dados de forma descritiva que passou por uma análise cuidadosa para se obter o resultado apresentado na análise de resultado, conforme Lakatos e Marconi (1993).

Para Gil (1999), o entrevistador pode formular perguntas aos entrevistados com o escopo de obter dados que interessam na investigação sendo essa além de uma interação social uma forma de diálogo assimétrico em que uma parte busca coletar dados e a outra parte se apresenta como fonte de informações.

Minayo (1992) diz que a pesquisa qualitativa apresenta-se por meio de questões muito particulares. A autora se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada, já que a metodologia de caráter qualitativo se baseia em um caráter subjetivo do objeto analisado, tratando de estudar as suas particularidades e experiências individuais, deixando assim os entrevistados livres para apontar os seus pontos de vista sobre o assunto questionado.

Godoy (1995) elenca as características principais de uma pesquisa qualitativa, características que foram adotadas no decorrer do atual trabalho: considerar o ambiente como uma fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; a pesquisa deve possuir caráter descritivo; o foco principal de abordagem é o processo e não o resultado ou o produto da pesquisa; a análise dos dados deve ser realizada

de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não necessita do uso de técnicas e métodos estatísticos; e para encerrar tem como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Minayo (1992) relata que a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, pois, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, já que, procura compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo, além das entrevistas também usou-se como complemento para embasar esse trabalho, leituras e estudos em livros, revistas digitais e artigos científicos.

No trabalho em questão, a metodologia escolhida foi qualitativa, através de questionários com duas professoras, ambas da rede estadual de ensino, com o objetivo de perceber a contribuição da sala do AEE para a pessoa com deficiência. O questionário (Apêndice A) foi aplicado no início do ano de 2019, as profissionais foram escolhidas devido a dedicação a profissão que exercem nas escolas que atuam. A professora 01 Flávia Aguiar Santos, formada em pedagogia a professora 02 Ana Patrícia do Nascimento Moraes, psicopedagoga, com licenciatura em psicologia, graduanda de pedagogia e com especialização em psicopedagogia, ambas atuantes nas salas do AEE.

Ambas as entrevistadas responderam um questionário com onze perguntas que envolviam os procedimentos e requisitos exigidos para atuar em sala de atendimento educacional especializado. Além dos questionamentos envolver os procedimentos e requisitos exigidos aos profissionais, também se questionou a respeito do apoio dos respectivos governos da entidade a que pertencem as escolas, bem como no que tange a relação dos professores de AEE e os professores de sala de aula regular, e o modo de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1. O que a motivou a trabalhar na sala de AEE?
2. Como você desenvolve o seu trabalho? Que atividade desenvolve?
3. A aprendizagem dos alunos é avaliada como?
4. O plano do desenvolvimento individual do aluno é primordial, você realmente o utiliza?
5. Sabemos qual a função do AEE. Porém, qual é a sua opinião?
6. Como funciona a educação no AEE em relação as atividades regulares de sala de aula?
7. As salas de aula contam com mediadores do conhecimento? Se a resposta for positiva, qual relação é estabelecida entre eles e você?
8. Como funciona o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na sala de atendimento?
9. Os planejamentos são feitos em conjunto com os professores da sala regular e também com mediadores?
10. A escola conta com uma equipe multidisciplinar? E todos trabalham em conjunto?
11. Como a equipe pedagógica e o próprio município/Estado/gestão colaboram para a manutenção e o bom funcionamento da sala de AEE?

4 ANÁLISE SOBRE O AEE

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, criou em 2008 o atendimento educacional especializado, atualmente essa política é tida como uma das garantias fundamentais para a educação, pois a mesma assegura o direito das pessoas com deficiência de serem matriculadas nas escolas comuns, assim como, estabelece diretrizes com o fim de criar políticas públicas e práticas pedagógicas visando a inclusão de pessoas especiais no ambiente escolar. O atendimento educacional especializado (AEE) organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para os alunos. (BENDINELLI, 2018).

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011).

Logo para uma escola que não tem sala de atendimento educacional especializado, deverá o professor solicitar recursos para a direção, que irá repassar essa solicitação para a secretária de educação do município ou Estado.

Art. 4º [...] § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2011).

Nos casos em que a secretária de educação municipal ou estadual, não atendem a solicitação de uma sala do AEE, deverá o aluno ter seus direitos defendidos através das vias judiciais, por meio de denúncia ao Ministério Público.

No que se refere aos professores das salas do AEE, os mesmos precisam de capacitação especializada, a capacitação está prevista na Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 1º, que expressa que:

1º São considerados professores capacitados [...] aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, que foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequado ao desenvolvimento de competências e valores para [...] perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva.

[...]

3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma área específica. [...] ou complementação de estudos de pós-graduação em área específica da educação especial. (BRASIL, 2001).

Logo, não basta apenas ter uma estrutura de sala do AEE para que seja proporcionada a inclusão dos alunos especiais, pois se necessita da capacitação adequada dos profissionais que trabalharão em meio a estas salas especiais. Porém, ocorre que são poucos os profissionais que possuem especialização voltada para as salas do AEE já que, no decorrer dos cursos superiores voltados a educação estudantil, muitos não oferecem disciplinas que tratam da educação inclusiva, o que gera um déficit grande de profissionais capacitados.

Bendinelli (2018), afirma que os professores do atendimento educacional especializado devem ter como o principal objetivo o da aprendizagem do aluno especial, em meio a classe comum, ou seja, o aluno com deficiência deverá aprender com os professores do AEE bem como, os professores das salas de aulas comuns, já que se o docente da sala comum não souber utilizar os objetos das salas do AEE durante suas aulas, o aluno não terá como usar os objetos e assim não conquistará o objetivo do AEE, essa interação entre os professores se refere ao atendimento suplementar que trata de um complemento a aprendizagem dos alunos com altas habilidades/superdotação que por meio do AEE poderá ter um enriquecimento curricular nas áreas em que o estudante apresenta grande interesse, facilidade ou habilidade.

Quanto aos objetos utilizados nas salas do AEE em sua maioria são aparelhos eletroeletrônicos, pois para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis (RADABAUGH, 1993). No entanto, se utiliza também de arte através de pinturas, jogos lúdicos e brincadeiras que proporcionam interação; sendo assim, entende-se que a tecnologia facilita a interação e inclusão dos alunos deficientes, logo as salas de AEE devem possuir tecnologias assistivas e de atendimentos suplementares, porém deve ter vários jogos pedagógicos e materiais que podem ser confeccionados pelo próprio educador.

As tecnologias assistivas se referem, a uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26).

As salas do AEE possuem dois tipos, no Tipo I as salas devem possuir aparelhos eletrônicos, mobiliário adaptado e material pedagógico voltado a necessidades especiais, já na sala de Tipo II além dos requisitos anteriores que possui a sala de Tipo I, é necessário haver recursos de acessibilidade para deficientes visuais.

Deverá haver também o atendimento complementar, que visa ajudar na formação dos estudantes com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista (TEA).

Diante de todo o exposto, nota-se que os professores da Educação Especial, devem apresentar-se como um profissional que tem formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, já que assim será possível a atuação do mesmo no atendimento educacional especializado de forma aprofundada e com caráter interativo e interdisciplinar, se encaixando no que determina as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-EI. (BRASIL, 2008).

5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos nos questionários com as professoras revelam os procedimentos vivenciados nas salas do AEE, especialmente na rede pública de ensino.

Comparando as respostas de ambas as entrevistadas, nota-se que os procedimentos e requisitos que as salas do AEE necessitam são de efeitos gerais, já que toda e qualquer escola que tenha salas do atendimento educacional especializado precisa ter acessibilidade e recursos múltiplos.

As perguntas respondidas pelas profissionais da sala do AEE mostram que o ingresso ao atendimento especializado requer identificação profissional, pois os desafios enfrentados por professores do ensino regular são complexos, e quando se trata de professores do atendimento educacional especializado essa complexidade torna-se mais elevada de acordo com as necessidades dos alunos. Para manter a identidade das profissionais, iremos denominá-las de **Professora 1** e **Professora 2**.

A **Professora 1** ingressou na sala do AEE devido ao fato de sempre ter a presença de alunos especiais em sua sala de aula regular, o que pode levar a conclusão de que há uma identificação com esses alunos. Já a **Professora 2** deixa claro no decorrer da primeira pergunta, ao ser questionada sobre seu ingresso na sala de Atendimento Educacional Especializada, a necessidade de identificação profissional com as salas de AEE, a mesma respondeu da seguinte forma:

Por ser Psicóloga de formação, sempre atendi pacientes com as mais diversas deficiências, então sempre tive uma identificação com deficientes o que me motivou a trabalhar com esses estudantes. Não basta apenas ter as capacitações necessárias para ministrar aula em uma sala do AEE, tem que haver uma identificação.

Os profissionais do AEE necessitam de capacitação profissional específica para atender às necessidades dos especiais, bem como, a identificação dos mesmos com as salas Multifuncionais.

O que acontece é que, muitas vezes, os educadores não passam por essa capacitação durante a graduação do curso superior, ou em alguns casos passam, mas de forma muito sucinta, o que leva esses profissionais a se qualificarem em cursos de especializações para um maior aperfeiçoamento.

No que se refere ao desenvolvimento das práticas pedagógicas que as entrevistadas desenvolvem, a **Professora 1** destaca que segue uma linha de desenvolvimento para realizar seu trabalho, a mesma destaca que:

Primeiramente é feito uma conversa com os pais para o preenchimento da ficha social do aluno, logo após o plano de atendimento junto com estudo de caso do aluno, é atribuído no plano as diretrizes da educação inclusiva, pois todos têm direito ao mesmo currículo, como a perspectiva inclusiva também prevê a criação de estratégias baseadas nas características e necessidades de cada um, sempre é feito de acordo com o que os professores de sala regular estão trabalhando com os alunos. São desenvolvidas atividades dentro da realidade de cada aluno utilizando as tecnologias assistiva, jogos, uso de softwares e atividades.

No entanto, a **Professora 2**, resume a execução das suas práticas pedagógicas da seguinte forma:

Na execução do meu trabalho, procuro desenvolver atividades relacionadas especificamente para oportunizar o aluno em sua limitação, visando facilitar o seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

Portanto, o professor do AEE, quando inicia seu trabalho, deve seguir uma ordem lógica para efetuar seus primeiros passos com o aluno e familiares, devendo o

mesmo buscar através dessa ordem lógica a atenuação das limitações desses alunos, assim como o desenvolvimento no processo de aprendizagem desses educandos.

As atividades desenvolvidas pelos professores devem ser relacionadas ao desenvolvimento específico de cada estudante para oportunizar o aprendizado em sua limitação, através de tecnologias assistivas, jogos e uso de softwares.

Observa-se que as professoras entrevistadas afirmam que o objetivo das mesmas é facilitar o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Ambas as entrevistadas relatam que as avaliações desses alunos de AEE são realizadas através da parceria dos mesmos com os professores das salas regulares. Pois, havendo êxito ou não, nas realizações das atividades propostas e executadas nas S.R.M. (Salas de Recursos Multifuncionais) e as habilidades desenvolvidas potencializadas, haverá nessas atividades o oferecimento de meios para que se possa avaliar os estudantes especiais.

Com isso, as avaliações sobre aprendizagem dos alunos precisam ser realizadas, em conjunto com o professor da sala de ensino regular e com os familiares a cada bimestre. Entretanto, vale destacar que o primeiro instrumento após o atendimento aos familiares é o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno.

Já no que diz respeito ao plano de desenvolvimento individual do aluno, quando questionadas sobre o uso desse plano, tanto a professora 1 quanto a professora 2, afirmam que utilizam esse instrumento e o mesmo auxilia no planejamento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, considerando cada indivíduo, suas limitações e potencialidades. Também que é de fundamental importância tomar conhecimento acerca da especificidade de cada aluno com necessidades educacionais especiais, para que seja viável a intervenção correta que proporciona meios para a inclusão desse educando em um contexto de cotidiano regular.

Outro ponto em que as entrevistadas têm posicionamento semelhante é no que tange à função da sala do AEE, a **Professora 1** diz que a sala de atendimento especial tem como função:

As preparações de atividades e recursos de acessibilidade e de recursos pedagógicos, organizados continuamente para atender exclusivamente alunos com algum tipo de deficiência, no contraturno escolar, oferecendo estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Já a **Professora 2**, afirma:

O AEE tem como função oferecer um atendimento educacional a estudantes da educação especial matriculados nas salas comuns de ensino regular, onde no contra turno são atendidos para terem acesso a atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Verifica-se que a função do AEE é tornar acessível aos alunos deficientes um processo de aprendizagem adequado às necessidades especiais de cada um, seguindo parâmetros lógicos e continuados que facilitem o processo de aprendizagem e a vida em sociedade.

Na sexta pergunta que trata de como funciona a relação da sala do AEE com as salas regulares, as professoras entrevistadas relatam a necessidade da parceria entre os professores de sala regular e de salas de AEE, já que somente por meio dessa parceria as atividades serão trabalhadas de forma adaptada aos alunos, levando o aluno a um resultado favorável.

Na questão que se refere a mediadores do conhecimento, a **Professora 1** é incisiva ao relatar que a escola para qual trabalha não possui mediadores do conhecimento. Porém a **Professora 2** relata que:

Alguns professores posicionam-se como mediadores do conhecimento, uma vez identificando aluno e deficiência, sempre em parceria, promove oportunidades metodológicas para contemplar o conteúdo desenvolvido na sala regular.

A relação desse professor comigo, sempre se dá na vinculação dos conteúdos ministrados com atividades desenvolvidas na SRM que ajudem na percepção, atenção, concentração relacionadas ao que eles estão desenvolvendo nas salas de ensino regular e isso acontece através do planejamento pedagógico e de atividades feito em parceria.

Ou seja, apesar da importância dos mediadores de conhecimento, há escolas com AEE que não possuem esses profissionais destinados a exercer esse papel, já em outras, alguns professores tornam-se mediadores do conhecimento.

Quando se trata de planejamentos, a primeira entrevistada relata que na sua escola nem sempre os planejamentos são feitos com os mediadores, já a segunda afirma que os planejamentos são feitos em conjunto com os professores da sala regular e com os mediadores a cada 15 (quinze) dias.

Questionadas na décima questão sobre a escola em que trabalham possuir alguma equipe multidisciplinar, ambas as professoras/entrevistadas, relatam que nas escolas em que trabalham não há equipe multidisciplinar.

Contudo, na última questão que trata do apoio do município, do Estado e da Gestão, a primeira professora afirma receber apoio pedagógico da Terceira Região de Ensino (3º GRE) e formações pela Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), bem como todo suporte necessário dos equipamentos da sala. Já a segunda professora relata que recebe a colaboração da equipe pedagógica do município, do Estado e da Gestão, que colaboram para a manutenção e o bom funcionamento da sala de AEE, através de monitoramentos da coordenação do AEE, como também oferta de formação continuada mensal visando aprimorar os conhecimentos e práticas dos profissionais de AEE.

Analisando as respostas das entrevistadas, conclui-se portanto, que as salas de AEE estão facilitando o processo de aprendizagem de alunos deficientes, apesar das lacunas que ainda precisam ser preenchidas, como por exemplo a falta de mediadores em algumas escolas, a falta de capacitação profissional, dentre outras.

As interações entre as práticas de AEE e a sala regular devem está em constante relação, pois os professores trabalhando em conjunto e seguindo passo a passo do que as diretrizes da educação estipulam, conseguem obter êxito na educação especial, além da parceria estipulada entre os professores deverão os familiares fazer parte nesse trabalho, contribuindo com a educação escolar dos filhos portadores de necessidades especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste trabalho, observando e analisando os objetivos nele propostos, verifica-se que a trajetória da Educação Especial no Brasil é algo recente, surgiu com a preocupação de inserir esse grupo de pessoas à sociedade.

No ambiente escolar essa inserção fica por parte das salas do Atendimento Educacional Especializado, fazendo uma ponte com a sala regular, proporcionando aos alunos com deficiências a inclusão com todos em geral, e proporcionando aos demais alunos sem deficiência um trabalho de respeito e acolhimento ao próximo. No que se refere às políticas públicas de inclusão, foram várias as conquistas, como podemos observar no decorrer do trabalho, direitos garantidos pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases, Declaração de Salamanca, MEC dentre outros, a contribuição do AEE para o público alvo é de suma importância na vida social escolar de todos, alunos com ou sem deficiência, professores e escola trabalham em sintonia para o bem de todos.

Na análise dos dados com as profissionais atuantes nas salas do AEE, observou-se que antes de qualquer coisa, deve-se possuir perfil para tal feito, gostar do que se faz, são bem articuladas para que se tenha êxito em sala de aula e na vida das pessoas com deficiências. Foi o que se observou a partir dos questionários com as profissionais, pessoas que se identificam com o trabalho, que possuem um olhar diferenciado para esse grupo de pessoas. Haja vista que essa modalidade de ensino é nova, o interesse pelo assunto, e dedicação em estudos para entender toda dinâmica de como executar o trabalho foi vindo gradativamente, as instituições e os profissionais até pouco tempo atrás não estavam preparados para isto, contudo a realidade vem mudando, e ao que percebemos para melhor, não perfeita ou ideal, mas melhorando cada dia mais.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

A escola inclusiva não se remete apenas à estrutura física, e não serve meramente para os alunos aprenderem a ler, escrever e se desenvolver intelectualmente, assiste também como meio de desenvolvimento social, trabalhando o preconceito, a interação, a preparação para a vida fora do ambiente escolar, os alunos com deficiência devem ser tratados de forma igualitária no que concerne às suas capacidades cognitivas e de desenvolvimento, pois é assim que ele deve ser visto; um estudante apto a levar sua vida cotidiana comum, mesmo diante das dificuldades do dia a dia.

Nessa mesma vertente, a inclusão é proporcionada não apenas para os alunos com deficiência, mas para os alunos sem deficiência também, a educação inclusiva, estabelece uma relação de respeito mútuo, onde é possível em ambos os lados conhecerem a realidade um dos outros, dessa forma todos saem ganhando, seja em aprendizagem e valores. Envolver todo ambiente escolar na inclusão, faz com que os alunos com deficiência não se tornem excluídos dentro da inclusão, isto é, incluído na sala do AEE, e os demais em suas salas regulares, cada um em seu espaço, o interessante é que todos se envolvam, para que a inclusão esteja presente de fato.

Contudo, é possível perceber que a realidade encontrada nas escolas onde as professoras citadas atuam estão de acordo com a proposta da sala do AEE, mas também é sabido que nem sempre essa realidade é encontrada, e ficamos nos questionando como será que funciona em outras instituições escolares que possuem a mesma política de inclusão. Os profissionais são de fato especializados para atuarem com alunos especiais? A Escola proporciona meios para melhorar a inclusão desses alunos ao ambiente escolar? Ocorre o planejamento em ambas as salas, regular e AEE? Os profissionais de ambas as salas trabalham em sintonia, de modo que haja uma continuidade das atividades desenvolvidas na sala regular? A Nossa pesquisa deixou algumas perguntas sem respostas, o que proporciona uma nova linha

de exploração, uma continuidade do trabalho, visando dessa vez conhecer outra realidade do AEE nas escolas e sua funcionabilidade.

REFERÊNCIAS

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Atendimento educacional especializado (AEE): pressupostos e desafios**. Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Manual de orientação**: Programa de Implantação de salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 04 abr. 2018.

CASTRO, Lorena. A história da educação no Brasil. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

FUJITA, Luiz. **Qual foi a primeira escola?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-foi-a-primeira-escola/>. Acesso em: 07 mar. 2018.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RADABAUGH, Mary Pat. Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities – A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, mar.1993.

SALES, Flávia. **O acesso ao ensino público e a importância da educação**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-acesso-ao-ensino-publico-importancia-educacao.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.

TEZZARI, Maureen Lucia; BAPTISTA, Claudio Roberto. A medicina como origem e a pedagogia como meta da ação docente na educação especial. In: CAIADO, K.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C.R. (Orgs.). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

APÊNDICE

Ficha de Identificação dos entrevistados - Pesquisa em Educação Especial

Nome completo:

- Professora 1

Idade:

- () Entre 18 e 25 anos
- () Entre 26 e 30 anos
- () Entre 31 e 35 anos
- (X) Mais de 36 anos

Curso/graduação:

Pedagogia.

Instituição em que concluiu a graduação:

UVA – Universidade Vale do Acaraú.

Ano de conclusão da Graduação:

2012.

Modalidade:

- (x) Presencial
- () A distância

Possui alguma outra formação? Se a resposta for positiva indicar abaixo.

Educação Física Licenciatura (cursando).

Possui alguma pós-graduação? Se a resposta for positiva indicar abaixo.

Não.

Há quanto tempo atua no AEE?

4 anos.

Atua em instituição pública ou privada?

Pública.

Roteiro da Entrevista

1. Como você ingressou na sala de AEE?

RESPOSTA:

Eu era coordenadora em uma escola, e no horário oposto eu era professora em sala regular, sempre tive a oportunidade de receber em minha sala de aula de ensino regular, alunos deficientes. Porém, fiz vários cursos para me capacitar, sendo assim, recebi a indicação da diretora para atuar na sala de AEE porque uma professora havia passado em um concurso, logo assumi a sala de Atendimento Educacional Especializada e atuo até o presente momento.

2. Como você desenvolve o seu trabalho? Quais atividades desenvolve?

RESPOSTA:

Primeiramente é feito uma conversa com os pais para o preenchimento da ficha social do aluno, logo após o plano de atendimento junto com estudo de caso do aluno, é atribuído no plano as diretrizes da educação inclusiva, pois todos têm direito ao mesmo currículo, como a perspectiva inclusiva também prevê a criação de estratégias baseadas nas características e necessidades de cada um, sempre é feito de acordo com o que os professores de sala regular estão trabalhando com os alunos. São desenvolvidas atividades dentro da realidade de cada aluno utilizando as tecnologias assistivas, jogos, uso de softwares e atividades.

3. Como avalia as aprendizagens dos alunos?

RESPOSTA:

Juntamente com o professor de sala de aula regular, com familiares, e no conselho de classe que é realizado a cada bimestre.

4. Faz uso do Plano de Desenvolvimento Individual do aluno?

RESPOSTA:

Sim, é o primeiro instrumento feito após o atendimento aos familiares.

5. Em sua opinião, qual a função do AEE?

RESPOSTA:

A sala de AEE tem como função as preparações de atividades e recursos de acessibilidade e de recursos pedagógicos, organizados continuamente para atender exclusivamente alunos com algum tipo de deficiência, no contraturno escolar, oferecendo estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem.

6. Como funciona a educação no AEE em relação as atividades regulares de sala de aula?

RESPOSTA:

É feita uma parceria com os professores de sala regular, para serem trabalhadas algumas atividades que os alunos precisam entender de forma adaptada.

7. As salas de aula contam com mediadores do conhecimento? Se a resposta for positiva, qual relação é estabelecida entre eles e você?

RESPOSTA:

Não.

8. Como funciona o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na sala de atendimento?

RESPOSTA:

São feitos de acordo com o estudo de caso e plano de atendimento individualizado, bem como, as atividades que precisam aprimorar da sala de aula.

9. Os planejamentos são feitos em conjunto com os professores da sala regular e com os mediadores?

RESPOSTA:

Mensalmente são feitos com os professores, mas na maioria das vezes com as mediações deles, baseando-se no plano de atendimento.

10. A escola conta com uma equipe multidisciplinar?

RESPOSTA:

Não.

11. Como a equipe pedagógica e o próprio município/Estado/gestão colaboram para a manutenção e o bom funcionamento da sala de AEE?

RESPOSTA:

Tem apoio pedagógico com a 3º GRE e formações pela FUNAD, bem como, todo suporte nos equipamentos da sala.

Ficha de Identificação dos entrevistados - pesquisa em Educação Especial

Nome completo:

- **Professora 2**

Idade:

- () Entre 18 e 25 anos
() entre 26 e 30 anos
() entre 31 e 35 anos
(x) mais de 36 anos

Curso/graduação:

Licenciatura em Psicologia.

Instituição em que concluiu a graduação:

Instituto Paraibano de Educação- Atual UNIPÊ.

Ano de conclusão da Graduação:

1993.

Modalidade:

(x) Presencial () A distância

Possui alguma outra formação? Se a resposta for positiva indicar abaixo.

Sim. Cursando Pedagogia.

Possui alguma pós-graduação? Se a resposta for positiva indicar abaixo.

Sim. Psicopedagogia

Há quanto tempo atua no AEE?

15 anos.

Atua em instituição pública ou privada?

Pública.

Roteiro da Entrevista

1. Como você ingressou na sala de AEE?

RESPOSTA:

Por ser Psicóloga de formação, sempre atendi pacientes com as mais diversas deficiências, então sempre tive uma identificação com deficientes o que me motivou a trabalhar com esses estudantes. Não basta apenas ter as capacitações necessárias para ministrar aula em uma sala de AEE, tem que haver uma identificação.

2. Como você desenvolve o seu trabalho? Quais atividades vem desenvolvendo?

RESPOSTA:

Na execução do meu trabalho, procuro desenvolver atividades relacionadas especificamente para oportunizar o aprendente em sua limitação, visando facilitar o seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

3. Como avalia as aprendizagens dos alunos?

RESPOSTA:

As aprendizagens dos estudantes são feitas em parceria com os professores das salas regulares, mediante o êxito ou não, nas realizações das atividades propostas e executadas nas S.R.M. (Salas de Recursos Multifuncionais) e as habilidades desenvolvidas e potencializadas, nos oferecerão meios de avaliar, mediante a aplicação dessas habilidades desenvolvidas.

4. Faz uso do Plano de Desenvolvimento Individual do aluno?

RESPOSTA:

Sim. Esse plano nos auxilia ao planejamento e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, considerando cada indivíduo, suas limitações e

potencialidades. É de fundamental importância conhecer a especificidade de cada deficiente para viabilizar a intervenção adequada que proporcionará meios para a inclusão desse aprendente em um contexto de cotidiano regular.

5. Em sua opinião qual a função do AEE?

RESPOSTA:

O AEE tem como função oferecer um atendimento educacional a estudantes da educação especial matriculados nas salas comuns de ensino regular, onde no contra turno são atendidos para terem acesso a atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade.

6. Como funciona a educação no AEE em relação às atividades regulares de sala de aula?

RESPOSTA:

As atividades são pensadas e elaboradas em parceria com a professora da sala regular, pois ambas precisam ser continuidade uma da outra. Sempre visando a aprendizagem desse aluno. São levadas em consideração a deficiência desse aluno, o grau dela, dentre outros fatores. Então essas atividades são adaptadas para ele dentro da sua necessidade.

7. As salas de aula contam com mediadores do conhecimento? Se a resposta for positiva, qual relação é estabelecida entre eles e você?

RESPOSTA:

Alguns professores posicionam-se como mediadores do conhecimento, uma vez identificando aluno e deficiência, sempre em parceria, promove oportunidades metodológicas para contemplar o conteúdo desenvolvido na sala regular.

A relação desse professor comigo, sempre se dá na vinculação dos conteúdos ministrados com atividades desenvolvidas na SRM que ajudem na percepção, atenção, concentração relacionadas ao que eles estão desenvolvendo nas salas de ensino regular e isso acontece através do planejamento pedagógico e de atividades feito em parceria.

8. Como funciona o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na sala de atendimento?

RESPOSTA:

O planejamento é realizado junto aos professores de sala regulares, observando os conteúdos dos componentes curriculares regulares, oportunizando atividades que contemplem o desenvolvimento do aluno, considerando especificamente cada deficiência.

9. Os planejamentos são feitos em conjunto com os professores da sala regular e com os mediadores?

RESPOSTA:

Sim. A cada 15 dias.

10. A escola conta com uma equipe multidisciplinar?

RESPOSTA:

Não.

11. Como a equipe pedagógica e o próprio município/Estado/gestão colaboram para a manutenção e o bom funcionamento da sala de AEE?

RESPOSTA:

A colaboração ocorre através de monitoramentos da coordenação do AEE, como também oferta de formação continuada mensal visando aprimorar nosso conhecimento e prática.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que me concedeu força de vontade para iniciar e continuar nesta caminhada, pela proteção dada todos esses anos de jornada, a minha família, amigos, e todos que, de forma direta ou indireta me apoiaram nesta trajetória.